



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

18 e 19 de fevereiro de 2023

Editorial

“Gerações embaladas pelo mesmo ritmo”

Gerações embaladas pelo mesmo ritmo / Insegurança alimentar / Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC

Gerações embaladas pelo **mesmo ritmo**

Os próximos dias prometem ser agitados com as festas de Carnaval que invadirão as ruas de Santa Catarina. Em diversas cidades do Estado, os blocos garantem a festa de catarinenses e visitantes. E muitos deles têm a história marcada por um amor que é passado de geração para geração. É o caso do Africatarina, que você conhece na reportagem de Ângela Bastos, publicada nas páginas 26 e 27 desta edição.

Criado em 2001, o bloco tem como objetivo introduzir a cultura afro na sociedade, por meio de aulas de percussão, dança, teatro e capoeira. Entre os integrantes estão musicistas, estudantes universitários, trabalhadores, pessoas em situação de rua. O grupo envolve também filhos, filhas e netos de Edson Roldan, o Edinho, e Fátima de Costa Lima, os fundadores do bloco. Assim, o ritmo une as diversas gerações da família.

Como nem tudo é festa, a edição abre espaço para explicar o que é a Operação Mensageiro. Deflagrada na última semana, a terceira fase trouxe novamente à tona o caso que vem sendo chamado de o Escândalo do Lixo em SC. As prisões preventivas do prefeito de Tubarão, Joares Ponticelli (PP), e do vice, Caio Tokarski (União Brasil), se somaram à detenção de outros seis chefes de Executivo municipais e movimentou a política cata-

rinense. Reportagem de Jean Laurindo, publicada nas páginas 4 e 5, traz detalhes da investigação que apura suspeitas de fraude em licitação, corrupção ativa e passiva, organização criminosa e lavagem de dinheiro no setor de coleta e destinação de lixo em municípios.

Você confere ainda detalhes de uma pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que aborda os desafios da insegurança alimentar entre quilombolas. Reportagem publicada nas páginas 10 e 11 detalha o trabalho acadêmico: mais da metade das famílias da Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque, localizada no município de Praia Grande, no Sul do Estado, enfrenta algum grau de insegurança alimentar.

Para os amantes do futebol, reportagem publicada nas páginas 22 e 23 detalha o caminho dos clubes catarinenses na Copa do Brasil, que começa nesta semana. A competição, que distribui prêmios milionários, é tida como uma grande oportunidade para alavancar os clubes catarinenses.

Você conta ainda com as informações exclusivas, análises e opiniões do melhor time de colonistas de Santa Catarina.

Então, aproveite o Carnaval, com paz, segurança e muita alegria. Sacode!



Saúde

“Os desafios da insegurança alimentar entre quilombolas”

Os desafios da insegurança alimentar entre quilombolas / Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque / Maiara Cristina Gonçalves / Natalia Hanazaki / Programa de Pós-Graduação em Fungos, Algas e Plantas / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC

ALIMENTAÇÃO
Pesquisa da UFSC mostra os desafios da insegurança alimentar dos quilombolas
PÁGINAS 10 e 11

OS DESAFIOS DA INSEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE QUILOMBOLAS

Pesquisa da UFSC mostra que situação se agrava em famílias chefiadas por mulheres, com maior número de moradores, incluindo crianças, e nas que dependem da agricultura

ÂNGELA BASTOS
angela.bastos@nsc.com.br

Em 2014, dados das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) indicavam que o Brasil saía do Mapa Mundial da Fome. Apesar da conquista, mesmo naquela época, comunidades tradicionais, como quilombolas, continuavam a conviver com a insegurança alimentar, fenômeno que ocorre quando um indivíduo não possui acesso físico, econômico e social a alimentos de forma a satisfazer as necessidades. Quase 10 anos depois, fatores como a luta pelo direito ao território, conflitos em torno do uso da terra, diversidade de plantas alimentícias e as relações entre soberania e segurança alimentar impactam esta realidade.

É o que mostra a pesquisa de doutorado de Maiara Cristina Gonçalves, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Fungos Algas e Plantas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O estudo, que também contou com a participação da professora Natalia Hanazaki, foi feito junto à Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque, localizada no município de Praia Grande, a 280 quilômetros ao Sul de Florianópolis, revela que, apesar da ampla variedade de espécies de plantas cultivadas e do compartilhamento e doações entre os moradores, mais da metade das famílias enfrenta algum grau de insegurança alimentar.

Quando a gente pensa em acesso a uma alimentação de qualidade, é necessário considerar tanto a quantidade como a variedade de alimentos consumidos. Essa questão se deve principalmente ao pouco espaço disponível para cultivo, consequência da lentidão do processo de regularização do direito ao território – explica.

Sentimento que é compartilhado por Maria Rita dos Santos, presidente da Associação de Moradores.

Com as leis ambientais, os espaços para plantio diminuíram e famílias deixaram o cultivo. Isso reflete na produção de alimentos para o próprio consumo – diz.

A pesquisa demonstra, ainda, que a si-

tução de insegurança se agrava em famílias chefiadas por mulheres, com maior número de moradores, incluindo crianças, e nas que dependem exclusivamente da agricultura. Novamente pesa a questão da falta de áreas disponíveis para cultivo. Para Maiara, isso está ligado à questão da renda:

– Mulheres quilombolas com filhos em idade escolar, principalmente de áreas rurais, têm acesso a poucas oportunidades de renda e precisam ultrapassar diversos desafios para manter-se no território e ter um trabalho remunerado.

Conforme o levantamento, a maioria das roças tem alta variedade de plantas alimentícias, mas nem sempre conseguem cultivar em grandes quantidades. Algumas famílias conseguem ter autossuficiência de feijão e arroz o ano inteiro por terem uma roça maior. Mas a grande maioria não alcança o mesmo resultado. Então, muitas famílias que vivem no quilombo têm uma insegurança de não saber se vão conseguir cultivar em quantidades suficientes.

Mas o resultado também foi animador: Este resultado demonstra que o quilombo São Roque possui conhecimentos, práticas e experiência ancestral de cultivo e extrativismo em seu território – observa a doutoranda.

FOME APESAR DA DIVERSIDADE DE CULTIVOS NA COMUNIDADE

As entrevistas contemplaram questões socioeconômicas, sobre segurança alimentar e sobre as plantas que as pessoas conheciam e que usos faziam delas. Os moradores da comunidade também foram perguntados sobre espécies e variedades cultivadas para alimentação, épocas de cultivo, sazonalidade, autossuficiência alimentar e produção destinada a consumo próprio, à venda e às doações ou trocas.

De acordo com a doutoranda, a rotina incluía as entrevistas e depois uma volta na propriedade para conhecer as plantas que os moradores tinham citado e em alguns casos fazer coletas para posteriormente identificar e registrar na universidade. Foram caracterizadas 83 variedades de plan-

tas usadas para alimentação.

– Apesar dessa ampla diversidade, 53% das famílias apresentavam algum grau de insegurança alimentar – ou seja, não tinham acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes – diz Maiara.

Os agricultores que mais cultivam são os que mais doam, e ajudam a equilibrar a disponibilidade de recursos entre as pessoas da comunidade. Alguns alimentos são vendidos, principalmente as bananas. Há, também, agricultores que produzem para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que destina a produção para as escolas da comunidade e da cidade. Muitas pessoas complementam sua renda com a produção de artesanato e doces e com aposentadoria e auxílios governamentais.

Outras buscam empregos fora da comunidade, na agricultura, na construção civil e no setor de calçados ou como empregadas domésticas, no caso das mulheres. Mais recentemente, moradores foram habilitados para o trabalho de guia turístico, o que incentivou jovens a permanecerem na comunidade e aumentou a renda de algumas famílias.

A pesquisa identificou que as dificuldades e as lutas de São Roque são comuns a muitos quilombolas em Santa Catarina. Por isso, o trabalho poderá ser ampliado para outras comunidades:

– Vamos observar as demandas. Seria uma oportunidade de valorizar conhecimentos e saberes tradicionais, evidenciando a importância do reconhecimento dessas comunidades e da titulação de suas terras. Podemos, sim, incidir em políticas públicas que contribuam para a segurança alimentar dentro de contextos específicos.

A doutoranda também acredita na possibilidade da valorização de alimentos e produtos locais, da autonomia na produção de alimentos, na compreensão da segurança e soberania alimentar dentro de contextos específicos:

– Defendemos que não adianta só prover com cesta básica com alimentos ultraprocessados onde já existe um potencial de qualidade alimentar muito maior.

Apesar dessa ampla diversidade (83 variedades de plantas), 53% das famílias apresentavam algum grau de insegurança alimentar – ou seja, não tinham acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes.

MAIARA C. GONÇALVES, doutoranda da UFSC



O estudo feito junto à Comunidade São Roque revela que, apesar da ampla variedade de espécies de plantas cultivadas, mais da metade das famílias enfrenta algum grau de insegurança alimentar

FOTOS DANILLO BARRETO DIVULGAÇÃO



Conforme o levantamento, algumas famílias conseguem ter autossuficiência de feijão e arroz o ano inteiro por terem uma roça maior



Os agricultores que mais cultivam são os que mais doam, e ajudam a equilibrar a disponibilidade de recursos entre as pessoas da comunidade

Mais de 200 anos de resistência

Formada no século XIX por escravizados negros e indígenas como uma das formas de resistir ao sistema escravista, a Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque tem aproximadamente 160 habitantes, divididos em 38 unidades familiares e distribuídos em 7.328 hectares. Apesar de estar no local há cerca de 200 anos, ainda não tem garantido o direito ao território, estabelecido entre os Campos de Cima da Serra e as planícies da bacia do Rio Mampituba, próximo à divisa com RS.

A comunidade foi reconhecida oficialmente pela Fundação Cultural Palmares e já passou pelos estudos antropológicos necessários. Desde 2019, o processo encontra-se parado em Brasília. Oficialmente desde 1850 se tem registro sobre o quilombo São Roque, no laudo antropológico encontra-se informações sobre pessoas es-

cravizadas vivendo livres na região de Santo Antônio da Patrulha, no estado gaúcho, a quem à época a localidade pertencia.

Por meio do projeto “O conhecimento e o uso das plantas por comunidades Quilombolas de Santa Catarina”, Maiara e Natalia foram conhecer São Roque. O objetivo era descrever a estrutura das redes de plantas alimentícias e compreender a relação entre segurança alimentar e a dinâmica de produção e doação de alimentos.

As primeiras visitas foram entre novembro de 2018 e julho de 2019 e incluíram, além da apresentação do projeto e da participação em reuniões da associação comunitária, entrevistas com integrantes de 33 famílias. Dessas, 18 moravam no território tradicional (quilombo) e 15 viviam na cidade de Praia Grande, que fica a cerca de 10 quilômetros de uma estrada de terra.

Belezas naturais dos Aparados da Serra

A sobreposição a duas unidades nacionais de conservação, os Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral, causou uma série de conflitos nas últimas décadas em função das limitações para atividades econômicas e uso da terra, que restringem o modo de vida quilombola. Em 2018, um termo de compromisso firmado com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) permitiu que a comunidade utilizasse menos de 20 hectares da área contestada para agricultura.

A pesquisadora esclarece que os dados foram coletados antes da pandemia de Covid-19. Embora as visitas tenham sido suspensas em 2020 e 2021, Maiara e o grupo dela mantiveram contato com a comunidade de São Roque, e ela diz que houve situações bastante críticas e urgentes, com pessoas passando fome. No período mais crítico da pandemia, além de aumentar a dependência por apoios governamentais, a comunidade teve que recorrer a vaquinhas on-line para sobreviver.

FIQUE POR DENTRO

INSEGURANÇA ALIMENTAR

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) existem três tipos de insegurança alimentar: leve, moderada e grave. O tipo leve é marcado pela troca de alimentos saudáveis por outros prejudiciais à saúde (substituir linguiça por salsicha, por exemplo), moderado (quando por escassez de alimento a pessoa salta uma refeição: almoço, mas não janta) e a grave (fome), quando a pessoa não tem o que comer.

NÚMEROS EM SC

A Fundação Palmares cita 19 comunidades quilombolas no Estado. Com base no Cadastro Único/2020 e lideranças quilombolas, Movimento Negro e Conselho Estadual da População Afrodescendente seriam 21 identificadas, localizadas em 16 municípios, num total de 1.350 famílias e 4.595 pessoas.

SÃO ROQUE

São Roque é uma das três mil comunidades quilombolas do país. Localiza-se na divisa dos municípios de Praia Grande, em Santa Catarina, e Mampituba, no Rio Grande do Sul. O território tem histórico de ocupação pela comunidade desde 1824 e está associado ao trânsito de escravos que cultivavam na planície. A população remanescente luta pelo reconhecimento da identidade étnica cultural específica e reivindica a manutenção e posse, por pertencimento, do território.

O QUE SÃO

Quilombolas são os descendentes e remanescentes de comunidades formadas por escravizados fugitivos (os quilombos), entre o século XVI e o ano de 1888 (quando foi houve a abolição da escravatura).

LOCAL DE POUSO

A palavra quilombo origina-se do termo kilombo, presente no idioma dos povos Bantu, originários de Angola, e significa local de pouso ou acampamento. Quilombola é a pessoa que habita o quilombo.

PALMARES

Ao longo da história brasileira, vários quilombos foram registrados. O mais conhecido é o de Palmares, formado por um conjunto de 10 quilombos próximos, e que chegou a ter uma população estimada em 20 mil habitantes no século XVII.

DC Revista, AN Revista e Santa Revista (18.02 – 24.02.2023)

Economia

“Veja vagas, salários e como se inscrever”

Veja vagas, salários e como se inscrever / Técnico Administrativo em Educação /
DDP / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina

VEJA **VAGAS**, SALÁRIOS E COMO SE INSCREVER

FERNANDA MUELLER
fernanda.mueller@nsc.com.br

Santa Catarina tem pelo menos quatro concursos públicos e processos seletivos com inscrições abertas em fevereiro. Há oportunidades em todas as regiões do Estado, em diversas áreas e níveis. Os salários podem passar de R\$ 13 mil. Confira na tabela as vagas e os prazos de inscrição.

AS VAGAS

PETROBRAS

- **Cargos:** Profissionais de operação, manutenção, segurança do trabalho, operação de lastro, inspeção de equipamentos e instalações, suprimentos, logística de transporte e controle, enfermagem do trabalho, e projetos, construção e montagem
- **Salário:** R\$ 5.563,90
- **Prazo de inscrição:** 17 de março
- **Edital e inscrições:** www.petrobras.com.br

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (ALESC)

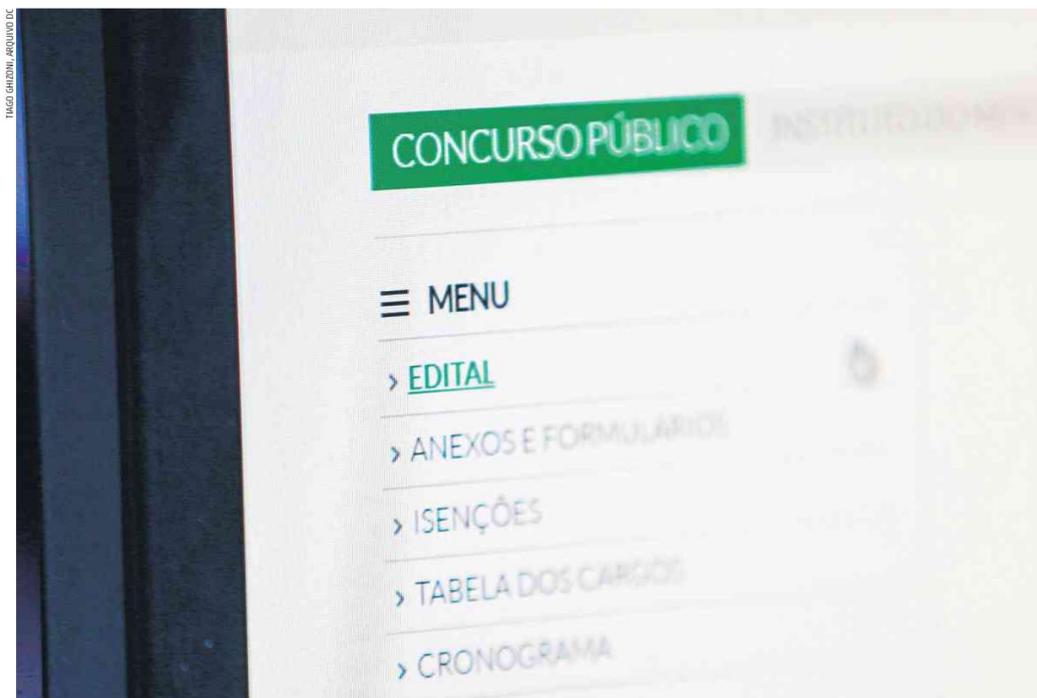
- **Cargos:** Analista Legislativo III e Consultor Legislativo
- **Salário:** R\$ 13.675
- **Prazo de inscrição:** 16 de março de 2023
- **Edital e inscrições:** www.conhecimento.fgv.br/concursos/alesc23

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

- **Cargo:** Técnico Administrativo em Educação
- **Salário:** R\$ 4.638
- **Prazo de inscrição:** 2 de março de 2023
- **Edital e inscrições:** <https://002ddp2023.concursos.ufsc.br>

CONSÓRCIO DE INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA (CIGA)

- **Cargos:** Analista de Sistemas, Assistente Administrativo, Programador e Técnico em TI
- **Salário:** até R\$ 8.052
- **Prazo de inscrição:** 23 de fevereiro de 2023
- **Edital e inscrições:** www.fundatec.org.br



*A colunista Estela Benetti está em férias e volta a escrever neste espaço na edição de 4 de março



Escaneie o código e veja vídeo exclusivo
Como estudar para concursos públicos



SC tem concursos públicos abertos para todos os níveis de escolaridade

Segurança

“Incêndio mata três pessoas na penitenciária da capital”

Incêndio mata três pessoas na penitenciária da capital / Hospital Universitário

Professor Polydoro Ernani de São Thiago / Hospital Celso Ramos

INCÊNDIO MATA TRÊS PESSOAS NA PENITENCIÁRIA DA CAPITAL

Além dos óbitos, 43 internos e seis policiais foram hospitalizados.

O Corpo de Bombeiros investiga o que teria causado as chamas

DIANE BIKEL
diane.bikel@nsc.com.br

Um incêndio que atingiu a ala de segurança máxima da Penitenciária de Florianópolis, na quarta-feira, dia 15, deixou três detentos mortos. Entre eles, um catarinense: Robson da Silva, natural de Ponte Serrada, no Oeste de Santa Catarina. Danilo Barros, da Bahia, e Jerserson de Souza, do Ceará, também morreram no local. Ambos estavam na cela 22, onde o fogo começou.

Era por volta das 12h30min quando o Corpo de Bombeiros da Capital foi acionado para atender a ocorrência. Próximo a esse horário, famílias de presos já se aglomeravam em frente ao presídio em busca de informações oficiais sobre as notícias que circulavam nas redes sociais.

Aos gritos de “presos também têm família”, o grupo se desesperou com a demora de informações sobre mortos e feridos. Por volta das 14h30min, mais de 100 familiares — entre mães, irmãos, pais e crianças, filhas dos detentos — choravam em frente à penitenciária enquanto ambulâncias, bombeiros e Polícia Civil e Penal entravam e saíam do local.

— O pai da minha filha está ali também — gritou uma mulher em frente ao presídio pedindo por informações.

As chamas, conforme o Departamento de Administração Prisional (Deap), teriam começado em um dos colchões da cela onde ficavam os três presos mortos. A causa do incêndio ainda é investigada.

Além dos óbitos, 43 internos e seis policiais foram hospitalizados. Eles passaram por triagem no Hospital Universitário e Celso Ramos após terem inalado a fumaça do incêndio. Apenas um detento chegou a passar a noite em uma das unidades de saúde, sendo liberado na quinta-feira, dia 16. Os demais tiveram alta ainda no dia do incêndio.

Segundo o presidente da Comissão de Assuntos Prisionais da OAB de SC, William Shinzato, as vítimas morreram por intoxicação da fumaça. Esta informação chegou aos familiares junto com a lista dos nomes dos mortos e feridos após mais de três horas de espera. Depois, as

folhas com os nomes dos internos encaminhados aos hospitais foram coladas na parede da penitenciária para que os familiares pudessem conferir. Durante a leitura da lista, a mãe de um dos hospitalizados desmaiou no local.

A investigação sobre a causa do incêndio está sendo feita pelo Corpo de Bombeiros. Segundo o órgão, o relatório tem prazo máximo de um mês para ser entregue, mas deve ser finalizado já nos próximos dias. A Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP/SC) nega que as chamas tenham começado por alguma insatisfação dos presos.

— Não houve qualquer movimento de motim ou rebelião. Todas as forças de segurança pública deram todo o suporte necessário. Ainda não sabemos o motivo do incêndio. Vamos esperar agora o laudo oficial da perícia — disse o secretário-adjunto da Secretaria de Administração Prisional, Neuri Mantelli.

A Polícia Civil também investiga a situação.

ALA DE SEGURANÇA MÁXIMA

Segundo a SSP-SC, a ala de segurança máxima tem capacidade para 46 detentos, número de presos que ocupava o local no momento do incêndio. Os mortos estavam na cela de adaptação. Conforme a juíza de execução penal Paula Botke, o local foi construído no final dos anos 1980 com o objetivo de abrigar os presos com maior complexidade. No local, uma porta de metal e uma janela em tamanho menor fecham toda a área.

— Tendo em vista que esquentou na hora do incêndio, isso pode ter dificultado o resgate na hora de abrir (a porta) — explica.

A magistrada diz que há um procedimento em trâmite para a interdição do local, afim de minimizar a situação. Além disso, também são estudadas possíveis melhorias para a unidade, porém, alguns fatores podem dificultar o trabalho.

— A estrutura é muito antiga, tombada historicamente, o que dificulta a reforma. Outra situação é o efetivo insuficiente. Precisamos de mais agentes para dar uma resposta mais rápida neste tipo de situação — pontua.



Atendimento aos detentos mobilizou equipes dos bombeiros e outros órgãos de segurança

Déficit de policial penal na penitenciária

A penitenciária está em condições péssimas e de superlotação, segundo relatórios levados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio do Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNIEP). O local, que chegou a ser interditado por conta da superlotação em 7 de fevereiro, abriga 1.694 presos, conforme dados atualizados em janeiro. A capacidade é para 1.387 presos, causando um déficit de 307 vagas na unidade.

Além disso, segundo a juíza de execução penal Paula Botke, a penitenciária tem déficit de policiais penais. São 206 profissionais efetivos — o ideal, segundo ela, seria de ser 280, um agente para, ao menos, cinco presos. Para cumprir essa demanda, a Associação dos Policiais Penais e Agentes de Segurança Socioeducativos do Estado de Santa Catarina (APPS) aguarda o chamamento de 458 agentes já aprovados em concurso. A reportagem questionou a SAP sobre as nomeações de novos profissionais, mas não obteve retorno.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

18/02/2023

[Lei criminaliza assédio sexual no carnaval](#)

[Não é não: lei é garantia contra importunação sexual no carnaval](#)

[UFSC divulga seletiva para Professor com ótimo SALÁRIO e benefícios](#)

19/02/2023

[Concursos públicos oferecem 49,4 mil vagas com salários de até R\\$ 28,9 mil](#)

[Confira lista com 127 concursos abertos e 30.585 vagas em todo o país](#)